



PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Análise da possibilidade de Contratação direta de empresa especializada na prestação de serviços mecânicos, aquisição de peças e mão de obra, para manutenção corretiva e preventiva na frota responsável pelo transporte diário dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificado no estudo técnico preliminar e anexos, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Processo Administrativo nº: 308/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, aquisição de peças e mão de obra, para manutenção corretiva e preventiva na frota responsável pelo transporte diário dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificado no estudo técnico preliminar e anexos, para atender a demanda da Secretaria de Educação, através de Dispensa de Licitação.

EMENTA: Ementa: Prestação de serviços. Dispensa de Licitação. Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. Parecer favorável.

I - HIPÓTESE FÁTICA



Trata-se de solicitação exarada pelo Secretário Municipal de Educação, acerca da contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, aquisição de peças e mão de obra, para manutenção corretiva e preventiva na frota responsável pelo transporte diário dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para atender a demanda da Educação Municipal, através de Dispensa de Licitação, conforme delineado no estudo preliminar.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.

II. MÉRITO DA CONSULTA

II.II DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. MENOR PREÇO. ART. 75, II, DA LEI 14.133/2021.

Primeiramente, convém consignar que, apesar de a regra, para as contratações públicas, ser a prévia realização de processo licitatório, a Lei nº 14.133/2021 traz exceções em que possível a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme inclusive autoriza o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ao ressaltar da obrigação de licitar os casos assim especificados na legislação.

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de



obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão ora previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

Dito isto, traz-se à baila a redação do art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 75. É **dispensável** a licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

Quer dizer, excepcionar a regra de realização de licitação não significa que não haja formalidades a serem observadas pelo administrador e requisitos a serem preenchidos para viabilizar a contratação direta.

Consta nos autos do processo: i) solicitação realizada pelo secretário municipal de Saúde ii) estudo técnico preliminar iii) três orçamentos iv) previsão de recursos orçamentário v) razão da escolha do contratado vi) justificativa de preço vii) autorização da autoridade competente.

A priori o serviço pode ser contratado de forma direta, uma vez que o serviço e o valor orçado estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, mas é necessário



14.133/2021 para poder realizar a contratação direta.

III - DO ALERTA ESPECÍFICO EM RELAÇÃO AO CASO CONCRETO. DO FRACIONAMENTO ILEGAL.

Questão importante relacionada ao caso concreto diz respeito ao fracionamento, consigna-se, inicialmente, que na contratação de “valores inferiores” a Administração, quando da feitura do planejamento de suas contratações, deve observar a totalidade dos recursos, dos valores, que serão gastos no decorrer do exercício com os objetos da mesma natureza, é obrigatório efetuar o somatório dos valores que serão gastos durante todo exercício financeiro com aquele objeto (o período do exercício financeiro, coincide com o ano civil, isto é, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano). sob pena de incorrer em fracionamento ilegal.

IV- DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela viabilidade da contratação direta por dispensa de licitação – processo 498/2026, nos termos do que autoriza o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, DESDE QUE (i) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; e (iv) atendidas tais medidas, o presente procedimento se mostra em condições de prosseguimento.

Ainda, cumpre novamente registrar que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica, não tendo o



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA DE SALTO DO JACUÍ

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração – processo 304/2026, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Salto do Jacuí, 23 de abril de 2026.

Lucas Ciechovicz Barcellos

Assessor Jurídico

Advogado OAB/RS 94.470